Patrícia do Socorro L. Me...
Diretora Administrativa
Portaria nº 017/2021
Câmara Municipal de Capanema

CÂMARA MUNICIPAL CAPANEMA
SECRETARIA DA CMC
MATÉRIA RECEBIDA
Em: 25/08/21 Hora: 12:30h

ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
Matéria APROVADA na sessão realizada em 27 de Agosto de 21

Requerimento nº018/2021

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, **REQUER** que ouvido o douto e soberano plenário desta Casa legislativa, seja encaminhado ao Senhor Francisco Ferreira Freitas Neto, Prefeito Municipal de Capanema; conforme o disposto no Regimento Interno, expediente solicitando as seguintes providencias: **construção de Escola Municipal na Vila do Mata Sede.**

Requeiro, ainda, que do inteiro deste seja dado conhecimento ao Senhor Claudionor Moreira, Vice-prefeito; ao Dr. José Alexandre Buchacra Araújo, Secretário Adjunto de Educação do Estado; aos Senhores Secretários Socorro Resueno, Secretária Municipal de Educação; Elmir Leite Saady, Secretário Municipal de Obras; aos Deputados Eduardo Costa, Hélio Leite, Cristiano Vale, Luth Rebelo e a deputada Heloisa Guimarães; à Associação Comercial e Industrial de Capanema, à Câmara dos dirigentes Legistas-CDL, ao senhor Francisco Celio Freire, Venerável Mestre da Loja maçônica Lealdade nº 20 e aos meios de comunicação local.

JUSTIFICATIVA

Segundo a SEED (PARANÁ, 2008, p.17) em 1937 foi criado a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. Ainda, de acordo com o documento, no final dos anos de 1940, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. As ações governamentais eram marcadas pelo atendimento do camponês como carente subnutrido, pobre e ignorante.

Em suma, descreve-se no documento que a educação no campo se desenvolvia com o objetivo de proteção e assistência ao camponês. Na década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social, visando programas de melhoria de vida, sendo que a mesma não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo. Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 4024/61) deixou a educação rural sob a responsabilidade dos municípios. A LDB de 1961 revela uma preocupação especial em promover a educação nas áreas rurais para frear a onda migratória do campo para as cidades, gerando crescimento dos cinturões de pobreza, hoje existente nos grandes centros urbanos. Já a LDB de 1971 (lei nº. 5.692/71), sancionada pelo Regime Militar, coloca como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, ou seja, produção agrícola. (BRASIL, 2007, p.16) Em meados de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a democratização do país. Nesse ambiente político, aliando mobilizações e experimentação pedagógica, passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência, à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação e as organizações ligadas à Reforma Agrária, entre outras. O objetivo era o estabelecimento de um ensino público para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural. Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB). (BRASIL, 2007, p.11-12

Por muito tempo, pouco se olhou para as carências do ensino no campo, como a falta de infraestrutura e o currículo, e que não se levava em conta as necessidades específicas dos jovens e crianças atendidos por esta modalidade de ensino. Nos últimos 25 anos, pelo menos no terreno da legislação isso mudou, tanto que no, o decreto nº 7.352 transformou o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera) em política pública. Para garantir, pelo menos em lei, uma escola adequada, os moradores da área rural batalharam muito. O ensino, durante anos, apenas preparou os estudantes para trabalhar nas cidades. Os movimentos populares dos anos 1980, como o dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pediram mudanças. Uma das principais conquistas foi à inclusão do tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Outros documentos oficiais, em que também há preocupação com os âmbitos pedagógicos e políticos é expressão das lutas dos povos do campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as diretrizes complementares. Em 2004, o MEC criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que tem entre suas atribuições, gerenciar diversos programas voltados à melhoria das condições de ensino no meio rural. Outra iniciativa é o programa de apoio à formação superior em licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que tem como objetivo investir na formação em serviço de professores dos anos finais do ensino fundamental.

Vários fatores evidenciam que a Educação do Campo ou Educação rural não é devidamente valorizada pelos órgãos competentes e até mesmo pela sociedade, sendo que os mais evidentes são o fato delas não receberem os recursos físicos e materiais necessários para sua execução. Isso leva a Educação do Campo a condições de dificuldades para o seu pleno desenvolvimento, o que vai de encontro com o que preconiza a legislação brasileira. Por outro lado, mesmo com todas essas dificuldades, em Capanema professores e alunos do campo estão construindo uma escola capaz de mudar suas vidas. Por isso, faz-se necessária a realização da implementação de uma escola pública, especificamente na localidade de Mata sede a fim de desmistificar conceitos e preconceitos sobre a Educação do Campo.

Como podemos ver a construção por uma educação pública e de qualidade no campo é histórica e nada melhor que dar andamento para esse processo de reconstrução, como a construção de uma escola rural na comunidade de Mata sede, para podermos fortalecer a educação no campo e dar uma nova perspectiva de vida para a juventude daquela importante comunidade para o município de Capanema,

Senhoras e Senhores, conto com a aprovação deste requerimento, que solicita os benefícios necessários e oportuno e vai de encontro ao anseio daquela comunidade.

Câmara Municipal de Capanema, Plenário Sebastião Soares Menezes, em 11 de junho de 2021.

Leo Moreira
Vereador Primeiro Secretário da CMC
PTB